

EM MEADOS DO PRÓXIMO ANO, PLANO FERROVIÁRIO SERÁ CONCLUÍDO



Até meados do ano que vem, a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Agência RMBH) deve finalizar o Plano Estratégico Ferroviário (PEF), que prevê, entre outras obras, a implantação de três linhas de transporte de cargas e passageiros próximos da Capital.

Na última quinta-feira (19), detalhes da proposta, elaborada a partir de estudos do Projeto Trem, iniciados em 2011, foram apresentados à Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, em audiência realizada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

O PEF terá abrangência estadual, mas os estudos já realizados se concentram na RMBH e no seu entorno. Pela proposta atual, fechada em 2014, o projeto traz uma linha entre o Belvedere (BH) e Betim (Linha A); outra entre o Horto (BH) e Nova Lima (Linha B); e a terceira entre o Horto e Sete Lagoas, passando por Confins (Linha C).

As três linhas, juntas, atendem 17 municípios, com quase 180 quilômetros e previsão de 300 mil passageiros/dia. Elas custavam, em 2014, R\$ 5,9 bilhões. Mas estudos sobre ganhos econômicos, que avaliam, por exemplo, a redução do tempo de viagem e dos acidentes de trânsito, além do desenvolvimento econômico, somaram R\$ 18 bilhões.

As linhas já consideram a possibilidade de integração com o Metrô, incluindo-se as linhas 2 e 3, ainda não implementadas, com o projeto de Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) e com as novas rodoviárias projetadas para a Capital.

Brumadinho

A abrangência dessas linhas de trem era maior nos estudos iniciais. Uma delas chegava a Brumadinho, por exemplo. Mas a proposta foi reelaborada em 2014, em função de estudos econômicos e de demanda, conforme destacou o gerente de Planejamento Metropolitano da Agência RMBH, Charliston Marques Moreira.

No entanto, permanece a análise também do projeto ampliado, de acordo com a diretora-geral da Agência RMBH, Mila Batista Leite da Costa. Segundo ela, todas as possibilidades foram apresentadas às instâncias que buscam recursos públicos ou que negociam com a Vale contrapartidas pelos acidentes com barragens e outros impactos da mineração no Estado.

Esses projetos ferroviários, além das discussões com a Vale, que englobam também a elaboração de um Plano de Segurança Hídrica para a RMBH, ganharam fôlego, sobretudo desde o ano passado, em função da iminente renovação das concessões ferroviárias da malha que passa por Minas, o que traria recursos para o Estado.

Projeto do Ferroanel também foi elaborado

Charlston Moreira apresentou, ainda, o projeto do Ferroanel, elaborado em parceria com a MRS Logística. Embora não integre o PEF, o Ferroanel tiraria parte das cargas da RMBH, liberando trilhos para passageiros. Estimado em março de 2014, com 82 quilômetros e custo de R\$ 1,5 bilhão, ele sairia de Sarzedo e chegaria a Pedro Leopoldo.

O Plano de Mobilidade Urbana da Região Metropolitana, que está sendo elaborado pela Agência RMBH e pela Secretaria de Infraestrutura e deve ser concluído também em 2020, foi outra proposta apresentada na audiência. Trata-se de um projeto maior, com três grandes eixos: sistemas viários, transporte coletivo e logística urbana.

Um dos estudos já realizados para o Plano de Mobilidade usou como base os arquivos da Secretaria da Fazenda para fazer um mapeamento da origem e destino das cargas na RMBH. Mais de 320 milhões de notas fiscais foram computadas, em uma metodologia criada especificamente para esse trabalho.

Charlston Moreira justificou: *“Como o transporte de passageiros sobre trilhos em geral é deficitário, o mapeamento das cargas pode ajudar a viabilizá-lo”*.

Isso seria possível, por exemplo, com o compartilhamento dos trilhos. Ao final da apresentação, convidados da audiência fizeram sugestões para o PEF. Uma delas foi a inclusão da linha que vai de BH a Caeté, passando por Sabará, nas demandas apresentadas à Vale. Já o traçado do Ferroanel foi criticado por não trazer grandes benefícios ao transporte de passageiros.

Audiências

O deputado João Leite (PSDB), presidente da comissão, anunciou uma série de audiências que serão realizadas no Estado para recolher sugestões para o plano. Ele salientou: *“O relatório parcial da comissão também será considerado”*.

Marília Campos (PT) enfatizou que o direito de ir e vir está prejudicado na RMBH em função da mobilidade e que falta investimentos em Minas. A mesma afirmou que: *“Ouvi muitas vezes que não tínhamos investimentos porque não tínhamos projetos. Agora não haverá mais desculpas”*.

Os dois parlamentares foram autores do requerimento para a audiência, juntamente como o deputado Coronel Henrique (PSL). Gustavo Mitre (PSC), vice-presidente da comissão, avaliou que o PEF é um “presente para os mineiros” e que o momento é propício para a realização desse sonho.

Foto: Divulgação